

POLÍTICA E CORRUPÇÃO: Estudo de caso do município de Januária 2001 a 2008

Sidney Olímpio Macedo de Souza¹
Rita de Cássia Moreira¹
Sueli Pereira de Almeida¹
Marcelo Felix Alves de Araújo¹
Osdnéia Pereira Lopes²

1-Estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/JANUÁRIA.

2-Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/JANUÁRIA.

Introdução

Januária vira notícia! Seguindo uma linha do tempo, é possível fazer retrospectiva histórica, ou melhor, confirmar que a identidade cultural e política do povo januarense ora se confunde com um misto de conformismo, aceitação e até mesmo com o prazer de compactuar com os desmandos e desgovernos dos representantes deste município - coronéis em anos atrás e neo-coronéis nos dias atuais.

Neste sentido, vira notícias nas páginas de jornais, Ministério Público e dos Tribunais Federais com tantos processos e processos contra prefeitos eleitos e não eleitos, improbidade administrativa, nepotismo e desvios de verbas. Aumenta-se o índice de pobreza, da criminalidade, a exclusão se acentua em todos os quadrantes do município de Januária tal qual rastilho de pólvora. As cestas básicas continuam e o engodo se perpetua.

Materiais e Métodos

O trabalho trata-se de uma atividade de ensino integrada às atividades de pesquisa, vinculada à disciplina de Metodologia Científica do curso de Direito.

A pesquisa foi realizada através dos documentos, atas e jornais tirados da Câmara Municipal de Januária (2004-2008) e de Carvalho (2004-2008).

Resultados e Discussão

A partir de 2001, Januária passou pelo período mais sombrio de sua história política e administrativa, pois instalou-se aqui no município a “Indústria da Malandragem”, a falta de

pudor, o desrespeito para com o bem público. Aumentou, sobremaneira, o número de desassistidos, avolumando no poder público o número de problemas na área da saúde, saneamento básico, falta de educação de qualidade. Os desmandos e as maracutaias contribuíram para a expansão da criminalidade, do subemprego e fomentaram um clima de incerteza e de desconfiança.

A população assistiu, paralisada, os desatinos dos representantes eleitos, os governos destituídos por incompetência política e administrativa. Josefino Viana e seu vice foram cassados em 12/06/2004, por estarem propagando suas realizações como governo municipal num panfleto informativo, em plena campanha eleitoral. Assumiu então João Ferreira Lima, o segundo colocado nas urnas eleitorais do município, eleito pela quarta vez em sua carreira política, porém afastado em seguida por incompetência para administrar o bem público, segundo recurso interposto pelo então representante da Câmara Municipal. Após o afastamento de João Ferreira Lima, assumiu o então Presidente da Câmara, Vereador Manoel Ferreira Neto, em 18/08/2004. Também acusado de desmandos, foi judicialmente afastado do governo municipal sendo substituído pelo agora presidente da Câmara, o Vereador Valdir Pimenta Ramos, em 17 / 11 / 2004, exercendo as funções de chefe do executivo até 31 / 12 / 2004.

Em janeiro de 2005, eleito pela quinta vez, tomou posse João Ferreira Lima. Por improbidade administrativa e obstrução da apuração dos fatos em investigação, foi afastado em 18 / 04 / 2007, ficando a prefeitura sob o governo do seu vice de chapa, Sílvio Joaquim Aguiar, no período de 19 / 04 / 2007 até 03 / 04 / 2008. Não obstante os vários recursos impetrados, João Ferreira Lima foi cassado pela Câmara. Em 04 / 04 / 2008, Sílvio Joaquim Aguiar se tornou Prefeito titular.

Em 30 de junho de 2008, A Câmara Municipal abriu a segunda CPI contra o então Prefeito Sílvio Aguiar, acusado de corrupção com o bem público, derivando desta ação, um boato de que houve compra do silêncio dos vereadores em exercício, para arquivamento dos processos.

Conclusão

Pelo exposto, pode-se concluir que nesta região norte mineira, não havia o exercício

sadio da política como na realidade deve acontecer. Ainda que em condição de grande nível de analfabetos, a população já se sentia totalmente excluída dos direitos e usufrutos da cidadania. É possível ainda questionar se a política internamente na sociedade serve para dividir, discutir, liberar, aprovar ou rejeitar. Não pode alguém manter a população em estado de exploração e humilhação, principalmente se foi eleito para representar e não impor.

Diante de quadros caóticos que sempre estiveram presentes na história dessa cidade, o descontrole e desgoverno sempre foram propositais, cenário profícuo para a instalação da opressão e da exclusão.

Referências

CÂMARA MUNICIPAL DE JANUÁRIA. **Atas de Exercício de Posse de Prefeitos Eleitos e Nomeados**. Januária: Documento. 2004 -2008.

CARVALHO, F. O. **Notícias e Desabafos**. Jornal Folha do Norte. Vários. Januária: Jornal, 2004 – 2008.